

FURTOS E ROUBOS DE
CAMINHÕES E CARGAS



Câmara dos Deputados

A stylized illustration of a truck driver wearing a blue cap and a red shirt, driving a truck. The background is a mix of purple and blue tones.

S.O.S.
CAMINHONEIRO

FONE: 0800-642-1122 – LIGAÇÃO GRATUITA

” Não foi o crime
que se organizou ” ...

DEPUTADO FRANCISCO APPIO

Brasão - 2000



CÂMARA DOS DEPUTADOS

FRANCISCO APPIO
Deputado Federal

**FURTOS E ROUBOS DE CAMINHÕES E CARGAS
SOS CAMINHONEIRO**

“Não foi o Crime que se Organizou”

Segurança Pública, o tema desse trabalho, foi discutido no discurso proferido pelo Deputado Federal Francisco Appio no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 31 de novembro de 2005.

Departamento de Apoio Parlamentar
Coordenação de Serviços Gráficos
BRASÍLIA – 2005

CÂMARA DOS DEPUTADOS
52ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa
SÉRIE
SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS
Nº 370/2005

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Segurança é um dever do Estado, direito do cidadão e responsabilidade de todos nós.....	7
Não foi o crime que se organizou, mas a sociedade que se desorganizou.....	8
Insegurança dos caminhoneiros.....	10
Incoerência nos gastos.....	11
Porte federal para poucos.....	11
Orçamento contingenciado para os estados.....	11
Mudanças no estatuto.....	12
Aprovado projeto que proíbe o “mototáxi”.....	12
Fechar os bares mais cedo e formar polícias comunitárias.....	13
Aparelhar e treinar a Polícia.....	13
Aumentar a eficiência da Justiça.....	14
Combater o consumo de drogas.....	15
O bom exemplo colombiano.....	16
Propostas de combate ao roubo de cargas.....	17

APRESENTAÇÃO

Em novembro de 2005, 122 milhões de brasileiros foram convocados para se manifestar sobre uma das decisões do Congresso Nacional incluídas no Estatuto do Desarmamento, de dezembro de 2003.

O Referendo perguntou: o “comércio de armas e munições no Brasil deveria ser proibido?” Uma esmagadora maioria disse Não (63,93%). Mas disse Não também a um modelo econômico de juros altos, às práticas antiéticas de caixa dois e “mensalão”, à troca de partidos (297 nos primeiros 32 meses de Governo Lula), Não à perda de direitos, Não à insegurança e Não à violência.

Estes milhões de brasileiros que não querem proibir o comércio de armas e munições também não querem se armar. Eles defendem o desarmamento dos bandidos. E exigem uma política de segurança de Estado e não de governo. Tem razão o Deputado José Otávio Germano, secretário da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul, que propõe a criação do Ministério da Segurança, independente, autônomo, cujo titular, apresentado pelo Executivo, deveria ter o seu nome submetido ao Congresso Nacional.

Nessa publicação trataremos de dois temas importantes:

I : Segurança é um dever do Estado, direito do cidadão e responsabilidade de todos nós.

II: Não foi o crime que se organizou, mas a sociedade que se desorganizou.

Francisco Appio
Deputado Federal

SEGURANÇA É UM DEVER DO ESTADO. DIREITO DO CIDADÃO E RESPONSABILIDADE DE TODOS NÓS

A violência é um dos maiores temores da sociedade atual. Levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas mostra que a insegurança não é a principal insatisfação das classes A e E. Segundo os resultados, a violência aflige mais as classes B, C e D.

É duvidoso e equivocado afirmar que as causas da violência são apenas sociais. Claro que o desemprego e a miséria ajudam, mas há um leque enorme de motivações: desvio de conduta, corrupção, desaparelhamento do Estado. Na verdade, não foi o crime que se organizou, mas a sociedade que se desorganizou, desde que – e não foi a Câmara dos Deputados que a votou – entrou em vigor a “Lei de Gerson”, segundo a qual se deve levar vantagem em tudo. Houve aumento do número de casos de receptação, furto e roubo. Hoje há uma quantidade enorme de ocorrências, todas associadas ao crime organizado.

A respeito disso, destaco os avanços do governo do Estado e da Secretaria responsável pela área de segurança pública no combate à violência no Rio Grande do Sul. Quanto ao aparelhamento da polícia Civil e da Brigada Militar, foram entregues 1.200 viaturas nos dois primeiros anos do Governo Germano Rigotto em que a Secretária da Justiça e da Segurança é comandada pelo Deputado Federal licenciado José Otávio Germano. A Brigada Militar está constituindo um batalhão de fronteira para evitar o contrabando de armas, que lesa os cofres públicos

Estamos sentados em cima de um arsenal de armas contrabandeadas, armas de grosso calibre. Hoje, seguramente, a maior força está nas mãos dos marginais. Há muito mais armas nas mãos de delinquentes do que coma Polícia e a sociedade organizada. O Estado deve organizar-se para combater o contrabando.

Mas lembro, a segurança pública é um dever do Estado, direito do cidadão e responsabilidade de todos nós. Por isso saudamos a reabertura do Consepro, o fim da partidarização dos órgãos públicos onde militares davam ordens para oficiais de comando.

Muito ainda deve ser feito, diante do permanente desafio de reduzir a criminalidade. Agora lugar de polícia é ao lado do cidadão para protegê-lo, e lugar de bandido é na cadeia. Condenável é confundir a violência com a administração pública, visando ao processo eleitoral. Segurança pública não é política de governo, é política de Estado.

NÃO FOI O CRIME QUE SE ORGANIZOU, MAS A SOCIEDADE QUE SE DESORGANIZOU

A violência e a criminalidade andam de mãos dadas com o desemprego e a miséria. São as causas mais visíveis na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde existem 280 mil desempregados. Em 2001 foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a segurança, proposta um ano antes, no relatório final da CPI do Crime Organizado, a fim de avaliar o desmonte da segurança no Rio Grande do Sul. O relatório foi aprovado por unanimidade.

A CPI ganhou força com as denúncias oriundas das próprias fileiras do partido que dava sustentação ao Governo Olívio Dutra, como as informações do chefe de Polícia, Delegado Tubino, e do tesoureiro Jairo Carneiro, do partido dominante. O caos na segurança foi denunciado e aprovado, obrigando o PT a trocar seu candidato. Retirou o Governador Olívio Dutra, que pretendia concorrer à reeleição, substituído pelo então Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro. Venceu o candidato da oposição, Germano Rigotto.

Os gaúchos conhecem muito bem as causas do fracasso daquele modelo de gestão da segurança pública, pois, repito, um ano antes foi aprovado por unanimidade o relatório final da CPI do Crime Organizado, presidida por Paulo Pimenta, que, entre outras ações, propôs a CPI para investigar a segurança pública, diante da insegurança dos cidadãos.

Eram denúncias de envolvimento com o dinheiro da contravenção, presença das FARC no Estado, com movimentos clandestinos, partidarização dos órgãos públicos, desmonte da máquina pública.

O mais grave foi a montagem da máquina partidária, sustentada por lavanderia de dinheiro mal explicado, algumas vezes manchado de sangue. O envolvimento do jogo do bicho com o Governo foi condenado pelo próprio secretário Bisol, ao depor na CPI.

A lavagem de dinheiro no Clube da Cidadania foi denunciada e provada, por ali passaram recursos não explicados. O presidente do clube, Diógenes de Oliveira, como Waldomiro Diniz, falava em nome do Governo para obter recursos ilícitos. O que aconteceu em Brasília, na Casa Civil, já havia ocorrido no meu Estado.

Quando do depoimento que deu à CPI, interrogando sobre a possível vinculação do Clube da Cidadania com as FARC, Diógenes foi retirado do plenário, valendo-se da famosa farsa do mal súbito; saiu inusitadamente do plenário em cadeiras de rodas. Muitas perguntas ficaram sem respostas.

Ficaram sem explicação a destinação dos recursos, a vinculação com o MST e a presença, em janeiro de 1999, da delegação oficial das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia na posse do governador, no Palácio Piratini, em Porto Alegre. A sociedade gaúcha reagiu e não aceitou as operações não explicadas. O PT perdeu o governo do estado em 2002. Dois anos depois, perdeu a prefeitura de Porto Alegre, onde esteve por 16 anos, derrota que sofreu também nas prefeituras de Caxias do Sul e Pelotas.

Hoje a sociedade brasileira é informada de financiamentos de campanha, pela guerrilha colombiana, nas eleições de 2002. A história se repete. Haverá coragem do Congresso para apurar os fatos, ou tudo será, como na novela Waldomiro Diniz, uma obra inacabada?

NOVO DESAFIO

Ainda há muito a ser feito, muitas medidas precisam ser tomadas, muitos bandidos têm de ser presos. Agora, não há dúvida de que hoje a sociedade compreendeu que segurança é um dever do Estado e um direito do cidadão, mas responsabilidade de todos nós.

INSEGURANÇA DOS CAMINHONEIROS

Com o transporte rodoviário de cargas a violência também é grande. Os caminhoneiros estão fragilizados, pois têm sido atacados, assassinados nas estradas.

Permitam-me, Srs. Parlamentares, lembrar-lhes que havia 15 anos os caminhoneiros tinham direito a obter porte de arma. Eles podiam dispor da faca, de outros utensílios e até, eventualmente, de um facão para fazer a sua comida, por exemplo. No entanto, tiraram deles as armas de uso e defesa pessoal. Eles têm necessidades delas, já que viajam solitários pelo Brasil. A partir desse instante, os caminhoneiros passaram a despertar a atenção de quadrilhas e começaram a ser assaltados.

No momento em que a bandidagem descobriu que os caminhoneiros estavam totalmente desarmados, estes viraram frágeis vítimas das quadrilhas. Assaltam-se hoje mais caminhões do que qualquer tipo de empresa neste país, porque os bandidos têm certeza de que os caminhoneiros estão desarmados.

O caminhoneiro é hoje o senhor amanhã, porque, no momento em que descobrirem que o cidadão não mais terá garantido o seu direito de defesa -defesa da sua família, do seu patrimônio – acontecerá com ele o que hoje está acontecendo com essa categoria, que é vítima, a todo instante, de assalto, sequestro, tortura e tem de entregar o seu patrimônio e, às vezes, a própria vida.

ESTATUTO DO DESARMAMENTO

Chamamos a atenção ainda, Sr. Presidente, para a necessidade da revisão do Estatuto do Desarmamento. Critico e me oponho a esta lei. Volto a afirmar, é uma peça de propaganda do Governo que quer passar a imagem de combate à violência. O Governo não conta toda a verdade, pois seu projeto é socialista e desarmar o cidadão é uma das etapas do poder tirano. Restringiram o porte de arma, estimularam a entrega de armas pelos homens de bem, mas pouco fizeram contra o contrabando de armas.

Felizmente a sociedade ganhou em escolher o voto Não no Referendo das Armas, que só teve como objetivo cassar o legítimo direito

de defesa desarmando as pessoas de bons costumes e estimulando a bandidagem que não encontraria resistência.

Lembro uma declaração de Thomas Jefferson, há mais de dois séculos atrás: “elas mais encorajam, do que previnem o crime”. A mais forte razão, em última análise para o cidadão ter direito à arma de defesa pessoal, é para se proteger contra governos tiranos.

INCOERÊNCIA NOS GASTOS

A sociedade brasileira viu a União gastar R\$600 milhões no referendo para consultar a população e satisfazer a curiosidade do Governo na questão das armas. O estatuto do Desarmamento votado aqui, foi extremamente rigoroso com o cidadão. Aliás, as leis em discussão e votação nos últimos tempos, caminham sempre na direção do homem de bem, jamais na direção da delinquência. Cerceando, bloqueando, limitando a atividade do homem de bem, das pessoas de bons costumes sempre as mais visadas.

PORTE FEDERAL PARA POUCOS

Desde que entrou em vigor, no ano passado, o capítulo do Estatuto do Desarmamento, sobre o porte de arma, apenas 2.616 pessoas do Brasil, conseguiram porte federal. Os portes anteriores estão todos eles vencidos e cancelados. É incrível, não legislam contra a bandidagem e faço aqui o meu protesto.

ORÇAMENTO CONTINGENCIADO PARA OS ESTADOS

O Orçamento da União deste ano, que prevê transferência de R\$ 400 milhões para os estados, foi contingenciado em 60%. Isto quer dizer que no Rio Grande do Sul não teremos recursos da União suficientes para a tão sonhada política de segurança pública do nosso secretário Germano e do governador Rigotto. O que se faz no meu Estado é um verdadeiro milagre de perseverança, de dedicação, onde o talento pessoal do policial militar e da Polícia Civil, faz recuar o bandido e o crime organizado

MUDANÇAS NO ESTATUTO

Apresentamos projeto de lei alterando o art.28 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências. Propus a redução da idade de 25 anos para 21 anos para a autorização de registro e porte de armas.

A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Estatuto do Desarmamento, restringiu o acesso ao porte e a compra de armas às pessoas com menos de 25 (vinte e cinco) anos de idade.

Ao legislar nesse sentido, provocou uma grande contradição. O jovem está habilitado a votar aos 16 anos de idade, dirigir aos 18, e tem o seu exercício pleno de cidadania a partir dessa idade, porém, ficou limitado por uma lei que não foi discutida com a sociedade

O Estatuto do Desarmamento prevê a posse de armas de fogo a pessoas com idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos. Entendo que a norma correta seria a redução da idade mínima para 21 (vinte e um) anos. Poderemos, com isso, corrigir a distorção existente no Estatuto do Desarmamento. Pesquisas comprovam o amadurecimento dos jovens, que aos 21 anos estão em pleno exercício de suas atividades, de seu conhecimento e da cidadania, assumindo, com responsabilidade, seu papel na sociedade. Não pode ser negado o direito, se desejarem, e cumprindo as exigências legais, de adquirir ou portar uma arma.

APROVADO PROJETO QUE PROÍBE O “MOTOTÁXI”

Informo aqui, Sr. Presidente, que a Comissão de Viação e Transportes aprovou, no dia 19 de outubro de 2005, Projeto de Lei nº 5.340/05, de minha autoria, que regulamenta o transporte público de passageiros. Segundo o projeto, os “mototáxis”, motocicletas que hoje são autorizados a locomover passageiros cobrando tarifas, não serão mais permitidos. O transporte individual, como por exemplo, o táxi, deverá dispor de encosto, cinto de segurança e no mínimo quatro lugares.

O projeto pretende, ainda, criar regras para o licenciamento das vans. Corredor interno de circulação e saída de emergência serão obrigatórios. O crescimento incontido do transporte clandestino nas grandes cidades está prejudicando o trânsito e colocando a vida dos passageiros em perigo.

Lembro que é direito do cidadão o transporte seguro. Trânsito seguro é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, cabendo, no âmbito das respectivas competências adotar as medidas destinadas a assegurar este direito.

FECHAR OS BARES MAIS CEDO E FORMAR POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Uma pesquisa feita pela prefeitura de Diadema, na Grande São Paulo, em 2002, mostrou que 60% dos homicídios da cidade aconteciam a 100 metros de um bar. Esses locais, depois de uma certa hora, viravam focos de bebedeiras, brigas por motivos fúteis e tráfico de drogas. No mesmo ano, foi instituída a Lei Seca na cidade, que limita o horário de funcionamento dos 4.800 bares do município das 6 horas da manhã às 11 da noite, com a exceção de 27 estabelecimentos que ficam em áreas de baixa criminalidade. Resultado: a cidade, que em 1999 era a mais violenta do Brasil, conseguiu reduzir o número de homicídios em 68% nos últimos cinco anos.

O número de casos de ferimentos atendidos nos prontos-socorros caiu na mesma proporção. “Depois das 11 horas da noite eu só tinha cliente que não pagava o que bebia e usava o bar para planejar assalto”. Diz um dono de bar. Para garantir que os bares fechem no horário estabelecido, uma equipe de fiscais da prefeitura e policiais, em quatro carros, percorre 70 quilômetros toda a noite. Com o objetivo de evitar que os fiscais sejam corrompidos, o roteiro e a equipe mudam diariamente. Além do fechamento dos bares, a prefeitura investiu no policiamento comunitário. Dos 220 guardas municipais da cidade, hoje 80% têm curso superior. Parte deles circula pelos bairros de bicicleta ou a pé. Sua função é inibir infrações menores como vandalismo e violência doméstica, permitindo que a Polícia Militar, tenha mais tempo para se dedicar aos crimes mais graves.

APARELHAR E TREINAR A POLÍCIA

A polícia brasileira é uma das mais ineficientes do mundo. Nada menos que 97% dos casos de homicídios ficam sem solução no País, contra 30% nos Estados Unidos e no Japão. A incompetência policial aumenta a sensação de impunidade dos bandidos.

Uma das razões do fraco desempenho da polícia brasileira são as falhas no recolhimento das provas deixadas na cena do crime. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos a polícia utiliza recursos com análise de DNA e impressões digitais para reunir evidências materiais irrefutáveis que indiquem a autoria do crime, a base do método de investigação da nossa polícia são os interrogatórios de suspeitos e testemunhas. Melhorar esse quadro exigiria um investimento maior no treinamento de investigadores e peritos. Outra medida seria a instalação de banco de dados para mapear os crimes e reunir informações sobre os bandidos. São Paulo é um exemplo de como isso dá bons resultados. Desde que os boletins de ocorrência passaram a alimentar uma base de dados unificada, em 2001, a polícia paulistana percebeu que 45% dos crimes ocorrem em apenas 2% das ruas e passou a concentrar seus homens e recursos nesses pontos críticos.

Desde então a taxa de homicídios caiu 35% na cidade. Por fim implantar um sistema de promoções não para policiais que prendam mais gente, mas para policiais que prendam mais gente, mas para policiais em cuja área de atuação as taxas de crime caíam. O sistema de recompensa por produtividade foi adotado em Nova York, na década passada, e desde então o número de reclamações feitas pela população sobre a conduta dos policiais caiu à metade.

AUMENTAR A EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA

Um processo judicial no Brasil demora em média doze anos para ser concluído. Nos Estados Unidos, somente quatro meses. De cada 100 processos que entram em todos os níveis do Judiciário, apenas quarenta são julgados no mesmo ano. A demora não decorre da falta de magistrados. O país tem uma média de 7,73% para cada 100.000 habitantes, média superior ao mínimo recomendado pela ONU.

“Os processos demoram tanto tempo para ser concluídos e julgados que no meio do caminho as provas são perdidas, testemunhas acabam morrendo, e o criminoso sai ileso, porque os crimes prescrevem” diz o advogado René Dotti, professor de direito Penal da Universidade Federal do Paraná.

Parte da responsabilidade pela demora se deve a falhas na investigação policial, que, no caso, de homicídios, costuma levar em média sete anos para terminar. Nos Estados Unidos isso é feito em um ano.

“O inquérito muitas vezes maléfico, vai para o promotor de forma incompleta este, por sua vez, fica sem informações suficientes para fazer a denúncia”, explica o advogado criminalista Beno Brandão, de Curitiba. O código Processual Brasileiro é detalhista e permite um número excessivo de recursos protelatórios. Cada passo do processo precisa ser registrado em cartório, por exemplo.

Estima-se que os processos no Brasil, passem 90% do tempo nos cartórios e só 10% com juízes. Por isso, a primeira medida a ser tomada seria simplificar os procedimentos judiciais. Isso pode ser conseguido informatizando o sistema da Justiça Criminal, integrando os bancos de dados da polícia, do Ministério Público e dos fóruns. A segunda é oferecer mais subsídios tecnológicos para que a polícia consiga fazer melhores investigações. A terceira medida pode ser inspirada no exemplo do Chile, que aprovou recentemente uma lei que obriga os juizes a pronunciar o veredicto em no máximo oito meses.

COMBATER O CONSUMO DE DROGAS

A experiência mostra que reprimir o consumo é mais barato e eficiente do que gastar todas as energias no combate ao narcotráfico. Estudos internacionais indicam que, para diminuir o consumo de cocaína em 1% é preciso investir 246 milhões de dólares na repressão à venda. O mesmo resultado, no entanto, pode ser alcançado gastando – se apenas 34 milhões de dólares na cura do vício.

Há três anos o governo americano passou a dar prioridade ao controle do usuário. A estratégia nacional contra as drogas começou a ser feita em três frentes: aplicação de programas educativos para os jovens que ainda não tiveram contato com drogas, tratamento obrigatório para quem é pego se drogando e repressão a produção e ao transporte dos entorpecentes.

Em três anos, o número de usuários de drogas entre os adolescentes caiu 17%. Diz Walter Maierovitch, ex-secretário nacional antidrogas: “No Brasil, os delegados ainda comemoram quando aprendem uma tonelada de maconha, enquanto as melhores polícias do mundo preferem trabalhar para reduzir o consumo.

O BOM EXEMPLO COLOMBIANO

Em meados da década de 90, o aumento da criminalidade fez surgir o medo da “colombização” do Brasil. Temia-se que se repetisse aqui a realidade de metrópoles colombianas como Bogotá e Medellín, recordistas mundiais em homicídios, seqüestros e assaltos a mão armada. Nos últimos anos, deixou de fazer sentido temer a “colombização”. Mais prudente seria seguir o exemplo colombiano. Desde 2001 a taxa de homicídios caiu 43% e a de seqüestros reduziu-se em 55% no ano passado. Na capital, Bogotá, os resultados ainda foram melhores. Os homicídios caíram 64% e os seqüestros 85% desde 1995, quando um pacote de medidas de segurança foi adotado pela prefeitura. Em dez anos Bogotá tornou-se mais segura que a cidade do Rio de Janeiro, hoje com um número de homicídios duas vezes maior.

A Colômbia é parecida com o Brasil em vários aspectos – há vastas áreas fora do controle do Estado e o crime organizado tem conexões políticas, mas enfrenta um agravante: a guerra civil que envolve guerrilheiros de esquerda, paramilitares de direita, narcotraficantes e as tropas do governo. Ainda assim, os colombianos conseguiram reduzir a criminalidade e dar maior segurança aos seus cidadãos. O programa de combate ao crime mais eficiente, o de Bogotá, sustenta-se em três pilares: investimentos na polícia, Lei Seca durante a madrugada e reurbanização das áreas degradadas. A polícia Nacional em Bogotá ganhou em efetivo.

A partir de 1995, o orçamento para a segurança pública dobrou. Cada policial é agora equipado com um radiotransmissor, o que facilita os atendimentos de emergência e os pedidos de reforços. Foi criado um sistema de informações integrado do qual fazem parte a prefeitura, a polícia nacional e a Procuradoria-Geral da República e os órgãos de integração de inteligência do Exército. O cruzamento de dados facilitaria a identificação de criminosos e o mapeamento das áreas mais violentas. Isso permitiu estipular metas de redução do crime, concentrando o policiamento onde a criminalidade é mais crítica. O combate à corrupção na polícia foi intenso e inclemente, com expulsões sumárias.

A segunda medida do pacote, a Lei Seca, consistia em obrigar o fechamento dos bares a uma hora da madrugada, para evitar os crimes relacionados a bebedeira. Em 2002, o horário do fechamento foi aplicado para as três horas da manhã. A terceira medida foi aplicada entre 1998 e 2000, quando os vendedores ambulantes começaram a ser retirados das ruas e as áreas urbanas degradadas

Passaram por um processo de revitalização. As calçadas foram ampliadas, e Bogotá ganhou um milhão de metros quadrados de novas praças e áreas de lazer, que em alguns lugares substituíram cortiços e pontos de uso de drogas. Em meio a todas essas medidas, também foram proibidos a venda e o porte de armas pela população. Como não trouxe resultados práticos, em 2001 a proibição foi revogada.

“Combate à criminalidade se faz com planejamento, investimento em polícia, presença do estado nas regiões violentas e participação da sociedade civil. Sem essas medidas, o desarmamento é uma medida inócua”, diz o cientista político Hugo Acero, assessor de segurança da polícia Nacional em Bogotá.

Fonte: revista Veja

Defendemos a organização da sociedade, inibindo a ação das quadrilhas, criando dificuldades para a bandidagem. Durante mais de 10 anos, mobilizamos uma verdadeira força-tarefa de entidades governamentais e privadas, sindicatos e associações, propondo medidas em vários níveis para reprimir o furto e roubo de carga, moeda de troca do narcotráfico. Já aprovamos a proibição do mototáxi, poderosos auxiliar nos assaltos e seqüestros. Outro projeto aprovado, de nossa iniciativa foi a obrigatoriedade de cadastramento dos telefones celulares, fantástica arma nas mãos de bandidos gerentes do crime, do interior dos presídios.

PROPOSTAS DE COMBATE AO ROUBO DE CARGAS

Queremos registrar outras 39 propostas que defendemos para combater o furto e roubo de cargas e evitar que mais motoristas sejam assaltados, torturados e mortos. Estas propostas, se adotadas, reduzirão as facilidades das quadrilhas:

1. PL nº 130/200, tramitando na assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que cria o Sistema de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas.
2. Matrícula. Documento que vincula o motorista ao caminhão.
3. Integrar Polícias Rodoviárias, Fazendárias, Estaduais e Federais, *on-line*.
4. Abrir o Renavam, para registro imediato de furto e roubo, por meio de fone 0800.

- 5 - Fiscalização dos desmanches pela Fazenda Estadual.
- 6 - Fiscalização e repressão ao “robauto” mercado de peças roubadas.
- 7 - Tarifa especial para celular, fora da área dos caminhoneiros.
- 8 - Responsabilidade das “paradas-dormitórios” e postos de abastecimento pela segurança.
- 9 - Sest/Senat ampliar pontos de apoio em locais de parada dos motoristas.
- 10 - Cadastramento dos celulares pré-pagos ou pós, conforme Lei nº 11.818 do RS, no País.
- 11 - Fiscalização rigorosa dos caminhões vazios na saída do estado.
- 12 - Campanha de prevenção da diabetes, colesterol, vida sedentária e doenças transmissíveis.
- 13 - Simplificação da identificação dos chassis e do motor para facilitar vistoria.
- 14 - Fiscalização da baixa do registro do veículo sinistrado, com perda total.
- 15 - Ampliação das delegacias federais do roubo de cargas, de acordo com a Lei nº 10.446.
- 16 - Revisão do Renavam, com informações sobre veículos recuperados.
- 17 - Ocultação do estribo para evitar abordagem de motoristas em sinaleiras/lombadas.
- 18 - Operações integradas das delegacias de roubos de cargas e veículos de todos os Países.
- 19 - Classificação do sequestro de motoristas como crime hediondo.
- 20 - Leitura ótica nos postos de pedágios, monitorando a passagem de veículos.
- 21 - Inclusão no Infoseg dos motoristas desaparecidos.
- 22 - Integração da Receita Estadual e Federal no combate a receptação de veículos e cargas.

- 23 - Aprovação na Câmara Federal do Projeto de Lei nº 2.097/99, que institui o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículo e Cargas.
- 24 - Isenção de impostos dos equipamentos de monitoramento dos caminhões.
- 25 - Identificação pelas impressões digitais dos motoristas, em sistema nacional.
- 26 - Centrais de fretes em todo o País para gerenciar o frete de retorno.
- 27 - Adesão dos embarcadores (donos das cargas), na repressão ao furto e roubo.
- 28 - Mapeamento do roubo de cargas e veículos, com os pontos mais perigosos.
- 29 - Pinturas diferenciadas no teto e no chassi para dificultar os desmanches.
- 30 - Aprovação do PL nº 274 do registro Único de Veículos em todo o País.
- 31 - Implantação da Inspeção Documental e Veicular com taxas acessíveis.
- 32 - Retorno dos patrulheiros rodoviários substituindo pardais.
- 33 - Compensação dos créditos tributários para a renovação da frota
- 34 - Tacógrafo numerado, para controle por meio dos últimos cinco discos.
- 35 - Estimular reportagens na mídia sobre caminhoneiros desaparecidos.
- 36 - Reforço da Delegacia de Roubos de Cargas e ampliação do seu efetivo pessoal.
- 37 - Comissão em Câmaras de Vereadores para a defesa da vida do para caminhoneiro.
- 38 - Reabertura da Delegacia dos Desaparecidos no RS.
- 39 - Aplicação da Cide nas estradas, redução e fiscalização do vale pedágio.

Discurso proferido em 31-10-2005